



197

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0174147-37.2012.8.17.0001 (0323460-0)**

**APELANTE: Emanuel Jonathas Alves**

**APELADO: Ministério Público de Pernambuco**

**RELATOR: Desembargador Antonio de Melo e Lima**

**REVISOR: Desembargador Mauro Alencar de Barros**

**ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Norma Mendonça Galvão de Carvalho**

**EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO TRIPLAMENTE MAJORADO. ARTIGO 157, §2º, I, II E V DO CÓDIGO PENAL. PLEITO DE REDUÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FUNDAMENTADAS DE FORMA GENÉRICA. NÃO CABIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. EXACERBAÇÃO DA PENA-BASE PLENAMENTE JUSTIFICADA. DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL. FIXAÇÃO DA PENA-BASE EM PATAMAR INTERMEDIÁRIO. RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Havendo circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu, devidamente reconhecidas na sentença, não deve a pena-base ser fixada no mínimo legal;
2. Hipótese em que a fixação da pena-base de 07 (sete) anos pelo cometimento de roubo triplamente circunstanciado encontra respaldo em circunstâncias judiciais consideradas negativas de maneira acertada, além de atender aos princípios da razoabilidade e do livre convencimento motivado;
3. Recurso improvido. Decisão Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação nº 0174147-37.2012.8.17.0001 (0323460-0), em que figuram como partes as



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

acima identificadas, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por decisão unânime, em conhecer o recurso e negar-lhe provimento, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte integrante do presente julgado.

Recife 21 de maio de 2014.

  
Desembargador Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0174147-37.2012.8.17.0001 (0323460-0)**

**APELANTE:** Emanuel Jonathas Alves

**APELADO:** Ministério Público de Pernambuco

**RELATOR:** Desembargador Antonio de Melo e Lima

**REVISOR:** Desembargador Mauro Alencar de Barros

**ÓRGÃO JULGADOR:** Segunda Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Norma Mendonça Galvão de Carvalho

**RELATÓRIO**

Por meio da sentença de folhas 139 a 143, o juízo de direito da 6ª Vara Criminal da Capital condenou Emanuel Jonathas Alves, João Alberto dos Santos e Emerson Alves da Silva, pelo cometimento do crime de roubo com 03 (três) causas de aumento de pena, tipificado no artigo 157, §2º, I, II e V do Código Penal.

Inconformado, por meio de defensor legalmente constituído, o réu Emanuel Jonathas Alves interpôs recurso de apelação (folha 156). Os demais réus não recorreram da sentença (folha 165).

Nas razões recursais de folhas 157 a 164, o apelante requer a reforma da sentença e consequente diminuição da pena-base para o mínimo legal, haja vista a suposta ausência de fundamentação das circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis que conduziram à exasperação da reprimenda. Afirma o apelante que ditas circunstâncias foram fundamentadas de forma genérica e realçando elementos inerentes ao próprio tipo.

O *parquet* ofertou contrarrazões às folhas 174 a 176, onde pugna pelo improvimento do recurso e consequente manutenção integral da sentença condenatória.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

A Procuradoria de Justiça, no parecer de folhas 185 e 186, opinou no sentido de ser negado provimento ao apelo, confirmando-se a decisão atacada.

É o relatório. À Revisão.

Recife, 13 de fevereiro de 2014.

  
Desembargador Antonio de Melo e Lima  
Relator



199

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0174147-37.2012.8.17.0001 (0323460-0)**

**APELANTE: Emanuel Jonathas Alves**

**APELADO: Ministério Público de Pernambuco**

**RELATOR: Desembargador Antonio de Melo e Lima**

**REVISOR: Desembargador Mauro Alencar de Barros**

**ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal**

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: Norma Mendonça Galvão de Carvalho**

**VOTO DO RELATOR**

Senhores Desembargadores:

Conforme relatado, nas razões recursais de folhas 157 a 164, o apelante ataca exclusivamente a dosimetria da reprimenda, pleiteando a redução da pena-base para o mínimo legal, haja vista a suposta ausência de fundamentação das circunstâncias judiciais consideradas desfavoráveis que conduziram à exasperação da reprimenda, as quais, segundo o recorrente, foram fundamentadas de forma genérica e realçando elementos inerentes ao próprio tipo.

Depreende-se da denúncia, acostada às folhas 02 a 04, bem como de todo o acervo documental constante nos autos, que no dia 19 de junho de 2012, por volta das 18:00 horas, Emanuel Jonathas Alves (ora apelante), João Alberto dos Santos e Emerson Alves da Silva, acompanhados ainda de um adolescente, subtraíram bens móveis da vítima Cristiano Luiz da Silva (dentre eles dinheiro, relógio e documentos). Narra a denúncia que os meliantes, após abordarem a vítima no bairro de Jardim São Paulo, nesta cidade, anunciaram o roubo, entraram no veículo da vítima e colocaram-na no banco traseiro do carro, tendo seguido até o bairro de Pontezinha, no Cabo de Santo Agostinho, no intuito de praticar um outro roubo no Supermercado Arco Íris. A polícia militar foi acionada e abordou os acusados num engarrafamento, tendo efetuado a prisão em flagrante dos 03 (três) réus e a apreensão do menor.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

Diante de tais fatos, o *Parquet* denunciou o apelante e os comparsas pelo cometimento do crime de roubo com 03 (três) causas de aumento de pena (artigo 157, §2º, I, II e V).

Após a colheita de provas, o juízo de 1º grau, na sentença de folhas 139 a 143, condenou o ora apelante e fixou-lhe a pena definitiva de 08 (oito) anos de reclusão e 20 (vinte) dias-multa.

Pois bem.

Conquanto não tenha sido contestada, verifico que a materialidade delitiva restou devidamente comprovada nos autos, conforme auto de apresentação e apreensão (folha 38), termo de entrega (folha 39) e auto de prisão em flagrante (folhas 08 a 16).

A autoria do crime também é incontroversa. Ressalto, inclusive, que os 03 (três) réus confessaram a prática delitiva, tanto perante a autoridade policial (folhas 14 a 16) como em juízo (folha 130).

Passo ao enfrentamento do mérito recursal:

Como a tese apelativa se restringe a atacar a dosimetria da pena, entendo conveniente transcrevê-la (folhas 139 a 143):

“Atendendo o disposto no art. 59 do Código Penal tenho: Para o réu **EMANUEL JONATHAS ALVES**, tenho: **Culpabilidade** - concreta e de alta reprovabilidade; **Antecedentes** - há notícias de vida pregressa, no entanto é primário - **Personalidade** - apresenta-se como indivíduo de má índole, voltada a prática criminosa e o seu comportamento no caso vertente assim demonstrou, **Conduta Social** -, tenho-a como irregular. **Motivos do Crime** - injustificáveis -. **Circunstâncias** - normais para este tipo de infração **Conseqüências** - causam nas vítimas sempre prejuízos econômicos. **CONDUTA DA**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

**VÍTIMA:** Não se apurou que a tenha concorrido para a cena criminosa; **Atenuante** – Confessou espontaneamente. (...). Destarte, para o réu **EMANUEL JONATHAS ALVES:** Fixo a pena-base em 07(sete) anos de reclusão, atenuo em 01(um) ano pela confissão espontânea, aumento em 1/3(um terço), ficando em concreto em **08 (oito) anos reclusão e 20(vinte) dias-multa**, a ser cobrada na base de um trigésimo do salário mínimo, na ausência de agravantes e de causas que diminua a pena.”

Em que pesem os judiciosos e combatentes argumentos defensivos, entendo que o pleito recursal não merece guarida. Isso porque, após atenta análise à 1ª fase da dosimetria, entendo que a pena-base aplicada pelo juízo *a quo* não merece qualquer reparo. Percebi, diante das especificidades do caso concreto, que está mais do que justificada a pena-base de 07 (sete) anos aplicada ao recorrente.

Da transcrição feita acima, depreende-se que o magistrado monocrático considerou desfavoráveis algumas das circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal. Talvez o juízo sentenciante não tenha observado a melhor técnica ao proceder a dosimetria da pena, no entanto, isso não quer dizer que a exasperação da pena-base esteja de todo desfundamentada.

Importa lembrar que a pena abstrata cominada ao roubo é de 04 (quatro) a 10 (dez) anos. Ou seja, a pena-base de 07 (sete) anos foi fixada num patamar rigorosamente intermediário, o que, a meu ver, cumpriu os ditames do princípio da razoabilidade e atendeu às peculiaridades do caso concreto.

Dentre as circunstâncias consideradas negativas, destaco a culpabilidade do réu, cuja conduta, como bem disse o juízo sentenciante, foi de alta reprovabilidade, eis que foi o apelante quem assumiu a direção do carro da vítima, tendo ele, portanto, papel fundamental na empreitada criminosa, não sendo mero agente coadjuvante. Ademais, foi relatado pela vítima (folha 07) e também mencionado por um dos policiais (folha 10), que durante o trajeto os réus a todo



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
 Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

tempo ameaçaram a vítima, ora dizendo que a liberariam ora dizendo que a matariam, fato que causou terror desnecessário no ofendido e confirma o alto grau de reprovabilidade da conduta do apelante.

Há de ser destacado ainda – e isso não foi olvidado pela sentença condenatória – que a certidão de antecedentes constante na folha 93 comprova que o ora apelante responde ao processo criminal nº 0038726-73.2012.8.17.0810, que tramita na 1ª Vara do Tribunal do Júri de Jaboatão, por crime de homicídio duplamente qualificado. Ou seja, apesar de tecnicamente primário, o ora apelante responde a outro processo criminal, o que poderia – e a meu ver deveria – ser levado em consideração para majorar a pena-base.

Ressalto ainda, a título meramente ilustrativo, que o ora apelante, no seu interrogatório (folha 130), mencionou que, quando menor, já fora apreendido por “assalto”. Quando ouvido perante a polícia (folha 14), afirmou que, também quando menor, foi apreendido por tráfico de drogas e porte ilegal de arma, afirmação essa corroborada pelo boletim individual constante na folha 96.

Ademais, o Supremo Tribunal Federal já firmou posicionamento de que a exasperação das circunstâncias judiciais pode decorrer da leitura global da sentença condenatória e não exclusivamente da remissão à determinada circunstância. Neste sentido, colaciono o seguinte julgado da Corte suprema (grifei e destaquei):

“EMENTA: PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 129, § 2º, I E III DO CÓDIGO PENAL. DOSIMETRIA DA PENA. ART. 59 DO CP. MAJORAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. REEXAME POR MEIO DE HC. IMPOSSIBILIDADE. VIA INADEQUADA. ORDEM DENEGADA. I – A exasperação da pena-base pode resultar do contexto da motivação global da sentença condenatória. II – O habeas corpus não é a via adequada para a análise da justiça ou injustiça da pena-base quando sua majoração





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

tiver como base circunstâncias objetivas e subjetivas idôneas. III - Ordem denegada.”

(STF. HC 89783. Relator: Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 20/03/2007, DJ de 13/04/2007).

Destaque-se ainda que, na 2ª fase da dosimetria, o juízo sentenciante atenuou em 01 (um) ano a pena do apelante pela confissão. Ademais, na 3ª fase, apesar do reconhecimento de 03 (três) causas de aumento, quais sejam, concurso de pessoas, uso de arma e restrição à liberdade da vítima, o magistrado prolator majorou a pena intermediária em apenas 1/3 (um terço), fração mínima de aumento estipulada pelo §2º do artigo 157 do CP.

Como é amplamente sabido, o ordenamento jurídico penal pátrio dotou o juiz de discricionariedade para a aplicação da pena. Por óbvio, dita discricionariedade é limitada. O princípio do livre convencimento motivado é uma das limitações sofridas pelo poder discricionário que o juiz tem para fixar penas. Ou seja, a pena aplicada, qualquer que seja, deve ser motivada, fundamentada, justamente para se evitar decisões arbitrárias.

É de se salientar, porém, que o nosso ordenamento jurídico-penal não prevê penas fixas e estanques. Ao contrário, as penas são previstas em patamares variáveis (de 04 a 10 anos, por exemplo), o que abre um leque muito grande de interpretações e de possibilidades, a depender da concepção do juiz sobre o caso concreto e suas circunstâncias. Para um mesmo crime, 02 (dois) juízes igualmente justos podem fixar penas distintas, sem que um deles necessariamente esteja errado.

Em outras palavras, o processo de individualização da pena não é uma fórmula matemática, estanque, exata e invariável. Admite interpretações variáveis.

Nessa ordem de ideias, concluo que a pena-base fixada no caso em tela, de nenhuma forma se aproxima da tão temida arbitrariedade judicial. Muito pelo contrário, o juízo sentenciante fixou a pena em patamar razoável e



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete Desembargador Antonio de Melo e Lima

---

intermediário, atendendo às especificidades do caso concreto e respeitando o princípio da razoabilidade.

Por todo o exposto, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, voto pelo improvimento do recurso de apelação.

É como voto.

Recife 24 de maio de 2014.

  
Desembargador Antonio de Melo e Lima  
Relator



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL – 21.05.2014

APELAÇÃO Nº. 323460-0 – RECIFE

APELANTE: EMANUEL JONATHAS ALVES

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DESEMBARGADOR ANTÔNIO MELO

REVISOR: DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR

RELATÓRIO E VOTO DO RELATOR ÀS FLS. 189/190 E 199 A 204 DOS AUTOS, RESPECTIVAMENTE.

---

DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR (REVISOR)

Eu também, Presidente. Meu voto está no mesmo sentido.

---

DESEMBARGADOR CLÁUDIO JEAN

Eu voto no mesmo sentido da turma.

---

DECISÃO

“POR UNANIMIDADE DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO APELO, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA”.

---

**Apelação Criminal nº: 0174147-37.2012.8.17.0001 (0323460-0)**

**DESPACHO**

Revisados.

Inclua-se em pauta.

Recife, 25 de fevereiro de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator